

# INTERPRETAÇÃO E DIREITO

## (o problema do conhecimento na teoria jurídica)

Paulo JB Leal\*

### Considerações iniciais

Este ensaio tem por objetivo examinar o problema da interpretação na teoria jurídica para verificar se existem e onde estão situados os limites das possibilidades da “correta” interpretação no âmbito do direito.

Embora tenha havido leituras para organização das ideias que fazem parte do estudo, optou-se por alterar a prática vigente, na academia, de fazer investigações dialogando e polemizando com uma imensa diversidade de autores, para escrever diretamente sobre os problemas a resolver.

Acredita-se que, com isso, se ganha em clareza no exame do tema, pois a prática de trazer ideias de diferentes pensadores, nem todas concordantes entre si, acaba tornando essa tarefa impossível de ser cumprida com um mínimo de coerência nas sendas das reflexões complexas que são as que dizem respeito à filosofia e, em especial, ao direito<sup>1</sup>.

Expor, a partir da própria inteligência, de forma clara, problemas dessa magnitude é uma tarefa quase

---

\* *Doutorando em direito na UNISINOS, Integrante do grupo de estudos Sebo Café, Mestre em direito pela PUC/RS*

<sup>1</sup> A academia atual ensina o aluno a abrir mão da sua inteligência em favor da do outro fazendo com que ele saia em busca de um “*apud*” fundamental para tentar superar a falta de domínio do próprio intelecto.

impossível de ser cumprida; imagine-se, então, fazer isso por intermédio da inteligência do outro, especialmente quando se sabe que o estado atual das reflexões sobre esses temas, na filosofia, ainda não criaram condições que permitam saber onde o homem busca subsídios para dominar a própria inteligência!

O homem é sempre produto de sua época e embora o exame faça uso dos ganhos científicos dos nossos dias, quem procurar não encontrará, no estudo, nenhuma demonstração de domínio de conhecimentos históricos, seja da filosofia ou de qualquer outra área do saber humano, por supor-se que essa prática não tem utilidade e nem serventia para avançar nas investigações sobre a inteligência humana, objetivo que exaustivamente se busca alcançar.

Muito embora o homem tenha obtido extraordinários avanços nos conhecimentos o âmbito dos fenômenos da natureza, no que diz respeito a si, não houve progresso algum. Antes o contrário. Pouco ainda resta do sistema fundado por Descartes e levando longe pelo gênio de Kant no que diz respeito ao entendimento da capacidade humana de pensar, e a escola, instituição que deveria ser o principal instrumento para superação da crise, perdeu-se de tal forma que, ao invés de criar as condições para que o homem consiga dominar sua inteligência<sup>2</sup>, corrompe-lhe totalmente ao fazê-lo acreditar que avança nesses domínios quando acumula informações sobre coisas ou fenômenos do mundo.

E não obstante ter-se clareza da dificuldade da empreitada, parte-se do pressuposto que o esforço somente obterá algum êxito se a investigação for iniciada desde o ponto de partida mais remoto, recusando-se toda e qualquer ideia que não seja possível de demonstração em um sistema que não admita contrabando de crenças e

---

<sup>2</sup> A inteligência humana é natural e aprender é aprender a dominá-la.

tampouco faça uso de discursos, por mais importantes que possam ter sido em determinada época da história, baseados unicamente na autoridade de outrem<sup>3</sup>.

Já respondendo à acusação da falta de concordância entre as ideias utilizadas para a exposição dos problemas a serem resolvidos e os relatos de reflexões tidas como avanços ao longo da história da filosofia, fica mais uma vez o alerta de que o presente trabalho só foi levado a cabo por pressupor-se a completa ruína daquilo que pretensamente fora erigido<sup>4</sup>, pois somente alguém desprovido de razão aventurar-se-ia a fazer de novo uma construção se ela realmente já existisse.

### **As dificuldades da empreitada**

Nenhuma outra tarefa tem-se apresentado tão difícil quanto à que propõe examinar a inteligência humana com o propósito de desvendá-la, especialmente quando ela precisa ser cumprida no ambiente em que participa o homem com ideias já formadas sobre si, sobre a natureza e sobre os outros.

Muitas são as dificuldades e objeções apresentadas àquele que sai em busca desse objetivo. A primeira delas é a de que se trata de algo impossível de ser realizado pelo fato de a inteligência do homem ser resultante daquilo que ele tem por verdades e que essas verdades são produzidas por diferentes experiências, o que faz com que os problemas a serem tomados em consideração sejam tantos quantos forem os homens, cujas crenças sobre o mundo serão de tal variedade que jamais poderão

---

<sup>3</sup> Por declarar-se incompetente no domínio da própria inteligência, o filósofo sai em busca da inteligência alheia para tentar resolver seus problemas: uma situação curiosa na qual alguém se declara incompetente para o domínio da própria inteligência, mas não para a do outro.

<sup>4</sup> Majestosos castelos, construídos nas nuvens.

ser examinadas atendendo às exigências de um discurso rigorosamente científico.

Como se não bastassem as objeções da natureza histórica e espacial do homem, será preciso afastar, ainda, a alegação de que essas reflexões somente podem ser realizadas no contexto da linguagem, cuja imprecisão e indeterminação constituem mais um sério impedimento para o estabelecimento de uma pauta unificada no âmbito da filosofia.

### **As razões dos céticos**

Os sucessivos fracassos nas tentativas de edificar uma teoria que possa atender às exigências do conhecimento científico, no âmbito da filosofia, sempre estiveram estreitamente vinculados à incapacidade de o homem explicar como funcionam os mecanismos por meio dos quais ele pode afirmar que conhece algo e, também, quais os precisos limites em que essa competência pode ser exercida,

Investigar e desvendar o funcionamento dessa competência é a mais importante tarefa a ser cumprida pela teoria do conhecimento, especialmente quando se sabe que questões aparentemente simples, que pareciam resolvidas pela ciência, quando melhor examinadas, não conseguem se sustentar ao serem cobradas explicações a respeito daquilo que afeta os sentidos do homem<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Apenas para tomar emprestado para exame um dado do âmbito da astronomia, fica evidente o quanto ainda é preciso tomar de crenças por verdades para levar adiante conhecimentos tidos como certos pela ciência. Pode-se tomar como exemplo a possibilidade de duvidar da real existência da estrela Polar. Considerando-se que ela encontra-se a 430 anos-luz do nosso planeta e de que a luz se propaga a 299.792.458 metros por segundo, qualquer estudo que se proponha a examinar essa estrela terá que considerar que as informações utilizadas no exame fazem referência ao astro que havia no firmamento no ano de 1580. Ou

## Os limites da fenomenologia

A inteligência racional inicia e é construída pelos sentidos, mecanismos por meio dos quais o homem se relaciona com a natureza e com todos os fenômenos que o afetam. Essas impressões, conforme demonstrado no tópico anterior, são sempre parciais, temporalmente atrasadas e sujeitas a permanentes retificações.

Em face de tudo isso, é de perguntar-se: Haveria algo que pudesse servir de referência segura para construção de um sistema científico na filosofia? Algo que não estivesse sujeito a retificações e pudesse ser encontrado exatamente da mesma forma em todos os homens e jamais fosse afetado pelo permanente estado de mutação<sup>6</sup> que caracteriza a natureza<sup>7</sup> que sempre serviu ao homem como modelo na construção de sua Inteligência?

Mais ainda: Sendo possível a existência de um ponto de partida para a demonstração de uma pauta que tenha por objetivo examinar o problema do “conhecimento”, como seria possível sua delimitação?

O filósofo afirma não ser possível encontrar esse ambiente, pois o homem pensa porque é ser vivo e, portanto, somente esse fato já o vincula, de forma

---

seja, a luz que sensibiliza a visão humana é a que de lá partiu no século XVI e qualquer evento cósmico que possa ter ocorrido nesse período (que poderia ser o seu próprio desaparecimento) somente será percebido na terra, após o ano de 2440!

<sup>6</sup> Ao estarem corretas as teses dos físicos a respeito da estrutura atômica, a mais elementar partícula está em permanente mutação, seja por transformar-se ao associar-se a outros elementos, seja por manter em movimento partículas menores e ainda não totalmente conhecidas da matéria.

<sup>7</sup> E mesmo caótica e em boa parte desconhecida é ela que serve de modelo à razão humana.

definitiva, à natureza e que, sendo o homem também um fenômeno da natureza, suas ideias serão sempre resultado de um processo fenomênico, do qual é impossível apartar-se!

Para aqueles que pressupõem que a inteligência humana só existe quando orientada por coisas, essa objeção sempre serviu para dar por encerrado o debate, antes mesmo de perceber que a atividade de pensar faz parte de um sistema que se processa por relacionamentos<sup>8</sup>.

Como será examinado logo a seguir, sempre que o homem analisa e põem em ordem as impressões produzidas pelos objetos em seus sentidos, por mais que ele consiga resolver problemas e aprofundar suas investigações sobre a natureza, ainda assim restarão dúvidas sobre as referências que toma como certas no curso do processo que constrói sua razão.

Não obstante ao predomínio da dúvida quando o homem toma a natureza como modelo na construção do sistema que o permite pensar, é possível identificar um âmbito de inteligência em que a incerteza desaparece por completo, no qual a precisão e o rigor são os principais instrumentos, anunciando a existência de um sistema de conhecimentos que elimina, para sempre, as objeções quanto à possibilidade de construção de uma ciência estruturada exclusivamente na razão humana.

Embora por motivos típicos de sua época o estudo não tenha sido completado, deve-se a Kant a demonstração da existência de um sistema de relacionamentos que não sofre com as vicissitudes que atingem a teoria do conhecimento, que não depende da

---

<sup>8</sup> Somente após dominar esse sistema é que o filósofo conseguirá perceber a existência de um complexo fenômeno que permite a existência de juízos puros, de juízos representativos de fenômenos e, por fim, de juízo de juízo de fenômenos.

experiência para ser demonstrado e que se apresenta a todas as pessoas da mesma forma, com o mesmo conteúdo, anunciando o quanto errou a filosofia ao negar a possibilidade da construção de um sistema que pudesse ser organizado sob o rigoroso signo do conhecimento científico.

Os juízos da matemática e da geometria demonstram a existência de conhecimentos organizados unicamente na razão, comprovando que é possível ir adiante na empreitada de erigir sistemas que possam servir de referência segura para a inteligência humana e que não estão sujeitos à objeção dos céticos<sup>9</sup>.

Todavia é relevante ressaltar que, nas tentativas de representação de qualquer grandeza geométrica no plano da natureza, imediatamente dúvidas assaltarão o espírito humano. O problema da geometria, que é o mesmo da matemática, é de que quando se for fazer uso de qualquer ideia para afirmar algo tal como “isto é um grão de areia” ou “aquilo é outro grão de areia” há, portanto, em um determinado espaço, dois grãos de areia<sup>10</sup>. Até que ponto é possível fracionar ou aditar matéria constitutiva de algo sem que ele perca essa qualidade? Quando se chega na estrutura molecular de um objeto, ele ainda continua sendo o objeto nominado pela ciência?

Essas considerações são necessárias para demonstrar que, a todos os questionamentos que tenham por objeto fenômenos<sup>11</sup> naturais, as respostas serão

---

<sup>9</sup> As representações matemáticas não dependem do mundo natural e produzem conhecimentos que não sofrem as objeções dos céticos, que sempre fizeram da apologia à ignorância e à destruição sua escola filosófica.

<sup>10</sup> O cético imediatamente indagaria: Quais os elementos da natureza ou qual a quantidade de matéria a ser considerada de um ou de um conjunto de elementos para que ele possa ser considerado um “grão de areia”? Quando algo é grão e quando passa a ser uma rocha?

<sup>11</sup> A expressão fenômeno deve ser representativa de coisas ou objetos.

sempre arbitrárias e variarão de acordo com a referência fenomênica utilizada para o estabelecimento da resposta<sup>12</sup>!

Em sendo a matemática um sistema de conhecimentos que se organiza unicamente no ambiente dos juízos, a prática comum de introduzir seu aprendizado orientado por coisas corrompe a razão humana, pois os objetos jamais conseguirão o grau de certeza e de precisão que servem de referência para a organização do conhecimento matemático.

Compreender tudo isso é de fundamental importância para que seja possível estabelecer uma pauta que possa isolar o objeto formal da metafísica, tendo-se sempre presente o reconhecimento da impossibilidade de que o homem consiga se livrar totalmente dos objetos.

E, para que essa tarefa possa ser cumprida, é necessário separar os conhecimentos que tenham origem nas impressões para que seja possível retomar o exame de qualquer tema em um elevado grau de organização em que seja possível isolar o que é dado analítico, obtido da natureza, dos relacionamentos situados unicamente no ambiente dos juízos<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Todo o fenômeno é apenas parte do um fenômeno total denominado Universo e o tempo é o critério encontrado pelo homem para estabelecer relações entre partes desse fenômeno total. Embora não seja objeto do presente estudo examinar as ideias de espaço e tempo na filosofia, há que ficar registrado que o tempo é apenas mudança objetiva no espaço (referência construída pela inteligência humana para superar a dificuldade de organizar o mundo natural, sempre em mutação). Nenhum fenômeno ocupa duas vezes o mesmo espaço e se fosse possível situar um fenômeno (relacionado a todos os demais fenômenos) não seria preciso fazer uso da referência que, em física, denomina-se tempo.

<sup>13</sup>Na análise predomina o caos, a dúvida e a necessidade de permanente retificação. Na síntese da ordem, inclusive para denunciar a

Essas são as principais razões para justificar a necessidade da precisa delimitação do que deve ter-se por metafísica, pois dessa resposta dependem todas as outras perguntas que tenham por objetivo explicar como pode o homem conhecer e até onde, com todos os problemas aqui relatados, é possível levar esses conhecimentos.

### **Sobre a metafísica**

Se a filosofia deve ser considerada a ciência das ciências, a metafísica é a ciência da filosofia e nenhuma reflexão, com propósito de seriedade, pode ser iniciada sem que seja exposto, previa e claramente, o seu papel no âmbito do conhecimento científico.

Ela é o ponto de partida da teoria do conhecimento e tudo o mais que vier a ser feito sem a sua participação, estabelecendo as referências utilizadas pela inteligência humana, será fruto da eterna vocação do homem de erigir sistemas, guiado apenas por crenças.

Cabe a ela organizar a inteligência humana no manejo do complexo sistema de relacionamentos que se opera para que seja possível pensar, com seriedade e segurança, que os resultados a serem obtidos sobre qualquer assunto são orientados por modelos que conseguem separar o que tem origem em um sistema analítico, que identifica impressões causadas por fenômenos, de outro que produz sínteses<sup>14</sup>.

---

insuficiência e a falta de certeza e exatidão quanto aos relacionamentos referidos ao mundo da natureza.

<sup>14</sup> A síntese, aqui, deve ser examinada como um sistema que afeta o homem (por meio do cérebro) transformando-o ao introduzir dados fenomênicos trazidos pela análise e, também, como processo que

Esse tema tem especial relevância ao homem que é educado, desde o nascimento, a construir a inteligência relacionando coisas, para o qual reconhecer a existência das ideias constitutivas da metafísica é uma tarefa quase impossível<sup>15</sup>.

Não é por outra razão que a filosofia avançou tão pouco nos dois últimos séculos, pois o homem, ao perceber a dificuldade da tarefa de retomar a construção de sua inteligência desde o início, sem a orientação dos objetos, imediatamente desvanece e sai em busca do caminho fácil de fundamentar suas conclusões na inteligência alheia<sup>16</sup>, como se isso o isentasse da responsabilidade de saber que não tem como prestar contas das bases em que alicerça suas majestosas construções as quais, sem o discurso fundado na autoridade do outro, não se sustentam a mais singela contestação, do mais ignorante dos céticos.

A metafísica pode ser pura ou impura. A primeira compreende um sistema de juízo que se organiza a partir de si mesmo, ou seja, de relacionamentos por identidade com outros juízos e, outro, que se organiza a partir da representação de fenômenos, ou seja, a metafísica pode ser organizada unicamente a partir de um sistema de ideias (pura) ou a partir de um sistema de ideias que toma o mundo da natureza como modelo (empírica)<sup>17</sup>.

---

constrói relações entre as demais sínteses causadas pelos fenômenos que fazem parte do acervo das “experiências” do homem.

<sup>15</sup> Não foi para menos que Kant e Descartes levaram dez anos para livrar-se do mundo fenomênico na fundação do sistema de ideias que resultou nos dois majestosos estudos que têm, na subjetiva delimitação da metafísica, a base de tudo.

<sup>16</sup> O interessante é que o homem se declara incompetente para o domínio da própria inteligência e crê que pode superar essa dificuldade tomando emprestado a inteligência do outro.

<sup>17</sup> É importante ressaltar que o homem jamais consegue pensar coisas. Essa é a principal ilusão que o escraviza e não permite que assuma o

## A questão dos juízos

Para ser possível compreender os complexos problemas da teoria do conhecimento, nada é mais importante do que pôr em ordem as ideias de juízos<sup>18</sup> que são, em última instância, os mediadores entre o homem e a natureza e, também, os responsáveis pelas referências utilizadas pela razão humana no complexo processo, que tem o mundo fenomênico como ambiente, instrumento e medida.

São os juízos os instrumentos intermediários entre o mundo da natureza e o mundo que o homem constrói quando processa as impressões que recebe pelos sentidos, fazendo uso de uma competência natural denominada inteligência.

Não resta dúvida que a sensibilidade é o meio pelo qual o homem se relaciona com a natureza, sendo ela a responsável pela introdução de dados e informações necessárias à construção daquilo que ele denomina conhecimento.

Todavia, a sensibilidade não fornece juízos, apenas impressões fenomênicas que são entendidas por mecanismos naturais, necessários ao cumprimento dos desígnios biológicos do homem.

Em razão de o homem estar acostumado a pensar tomando a impressão pelo juízo e por estabelecer relações onde elas não existem<sup>19</sup>, não há tarefa mais

---

domínio da própria inteligência. O que ele pensa, em verdade, é o resultado da impressão produzida pelo objeto. A coisa, como tal, estará sempre na natureza, ambiente distinto de onde ele organiza a capacidade racional.

<sup>18</sup> Uma redundância necessária. Deve-se esclarecer que ideia e juízo, para este estudo, são sinônimos.

<sup>19</sup> Os juízos matemáticos são puramente sintéticos. No entanto, quase sempre estão representados por coisas. Somar laranjas ou qualquer

difícil do que expor, de forma clara, o ambiente em que está situado aquilo que se deve tomar por juízos.

E isso não é obra do acaso. O homem somente conseguiu evoluir na construção das ciências, na medida em que passou a fazer uso de fenômenos naturais como modelos constitutivos de sua inteligência. São os fenômenos os responsáveis pelo fornecimento ao homem dos dados que lhe permitem estabelecer relações entre todo o material que a capacidade analítica lhe fornece.

A impressão<sup>20</sup> <sup>21</sup> tem origem fenomenológica e o juízo<sup>22</sup>, metafísica<sup>23</sup>, e não podem ser trocados um pelo outro, sob pena do estabelecimento de uma confusão tal que tornará impossível estruturar um conhecimento minimamente organizado nos domínios da razão humana.

Ainda que situados em planos completamente distintos, a toda impressão há um correspondente juízo, mas todo e qualquer juízo é sempre sintético, não sendo possível, sem grave equívoco, falar-se em juízo analítico por confundir consequência com causa.

A matéria da analítica é apenas impressão fenomênica, cuja finalidade é corresponder-se com o

outro objeto pode constituir recurso para introduzir os iniciantes no estudo da matemática, mas basta acompanhar o aparecimento dos primeiros problemas para se constatar que eles dificultam a exposição das ideias e corrompem espíritos de tal forma que muitos jamais conseguem recuperar a capacidade de compreendê-la corretamente.

<sup>20</sup> Que pode ser tratado pelo sinônimo analítica.

<sup>21</sup> A característica distintiva dos seres vivos é a capacidade analítica, sem a qual não haveria vida.

<sup>22</sup> Que pode ser tratado pelo sinônimo sintético. A impressão é sempre analítica a o juízo é sempre sintético.

<sup>23</sup> Aos que escondem no ceticismo a opção pela ignorância, é importante esclarecer que o que se denomina metafísico, em verdade, é o resultado de um complexo processo biológico que permite estruturar um ambiente de representações da natureza e, também, da própria capacidade de pensar.

juízo, mas com ele não se confunde<sup>24</sup>. A capacidade analítica é distintiva dos seres vivos. Todo o ser vivo tem capacidade analítica e conseqüentemente de entender o meio e de relacionar-se com ele em cumprimento às suas necessidades vitais. Mas isso não autoriza ninguém a concluir que a capacidade analítica possa fornecer juízos, uma vez que estes, pela sua natureza, encontram-se em ambiente completamente distinto do fenomenológico, produtor de impressões sensíveis.

A toda impressão há uma correspondente síntese e todo e qualquer objeto sensível produz exatamente o mesmo juízo entre seres da mesma espécie, mas nem todo o juízo é derivado de impressão sensível. Como já demonstrado anteriormente, a matemática e parte da geometria provam a existência de um ambiente puramente sintético em que os juízos não estão referidos a nenhuma impressão, apenas a outro juízo.

Em face dessas considerações, já se pode afirmar, então, ser possível identificar, nesse ambiente, os juízos

---

<sup>24</sup> A objetividade fenomenológica incide sobre o homem, domina, governa e escraviza. Forma, independentemente de seu querer, um sistema racional objetivo mediante relações com a realidade objetiva.

Já foi afirmado que não seria objetivo deste estudo especular sobre os fenômenos da natureza e suas causas, mas não é possível resistir a um deles, visto tratar-se do principal instrumento que está sendo utilizado neste trabalho: Uma especulação que poderia dar um passo no exame da fisiologia do cérebro e da inteligência do homem.

Recentes estudos a respeito da memória e fisiologia cerebral têm demonstrado que a atividade de “pensar”, ter “ideias” ou juízos ativa, promove ligações entre diferentes regiões do cérebro humano.

A depender da fase da vida humana, do contexto do envolvimento em situações puramente intelectuais e fatos reais da natureza, na qual tenha participado o homem, as áreas envolvidas nesses processos ligam-se ou alteram-se, demonstrando a existência de processos produzidos pela objetividade e que são carregados pelo homem por toda a sua vida.

puros ou “*a priori*” como identificado por Kant (=certezas); os juízos resultantes da capacidade analítica, sintéticos impuros ou “*a posteriori*” (=verdades) e os juízos de expectativas gerados pela reunião dos juízos sintéticos impuros<sup>25</sup> na produção de novos juízos (=crenças).

conquanto

### **Certeza, verdade e crença**

Qualquer estudo que queira entender a inteligência humana deve partir da delimitação do que se pode ter na conta de juízos de certeza, de verdade e de crença.

O juízo de certeza (puro ou “*a priori*”) dispensa modelos do mundo fenomênico, é construído por identidade e tem o próprio juízo como base material<sup>26</sup>. Já o de verdade (impuro ou “*a posteriori*”) tem a impressão fenomênica como intermediária com o objeto e, por fim, o de crença que não são nem puros nem totalmente empíricos, mas resultantes da expectativa de que, em determinadas condições, novos juízos de verdade deverão ser produzidos nas relações entre o homem e a natureza.

A certeza se estabelece unicamente nos domínios da inteligência, a verdade, no âmbito dos fenômenos sensíveis, e as crenças, novamente na inteligência, mas agora por meio da expectativa de que o curso dos processos fenomênicos resultarão em novos acontecimentos na natureza.

A verdade é sempre resultado das relações de inteligência que o homem estabelece<sup>27-28</sup> com o mundo

---

<sup>25</sup> Os juízos de certeza também participam, mas orientando apenas.

<sup>26</sup> Os juízos matemáticos são típicos juízos de certeza.

<sup>27</sup> Pelos sentidos.

<sup>28</sup> Os juízos de certeza servem apenas como referência para os juízos de verdade, ou seja, os juízos de verdade não se relacionam com os juízos de certeza por identidade, pois os juízos de certeza, como tais, relacionam-se apenas entre si.

fenomênico; as certezas das relações de inteligência unicamente no ambiente dos juízos e as crenças, das expectativas que o homem constrói a partir da capacidade de estabelecer relações unicamente da memória.

Os juízos são, portanto, resultados de construções que utilizam a natureza como modelo, do domínio da inteligência apenas no ambiente dos juízos ou, então, da capacidade humana de imaginar fenômenos segundo modelos apreendidos da progressão, repetição ou permanência de fenômenos no espaço.

Como os juízos de verdade têm sempre o mundo fenomênico como correspondência, o homem precisa conformar-se de ter sempre de retificar verdades na mesma medida em que amplia ou altera os conhecimentos que possui nos domínios da natureza<sup>29</sup>.

As crenças são construídas a partir dos juízos de verdade, ou seja, a natureza, em sua objetividade, constrói a inteligência humana na mesma medida em que constitui o ambiente que passa a fazer parte das experiências acumuladas no curso da existência. Esses juízos, construídos por aquilo que o homem passa a ter como verdades, ficam à disposição de sua inteligência para servirem de modelos na produção dos juízos de crenças, que estarão sempre condicionados à correspondência futura no plano dos acontecimentos naturais.

As experiências em relação aos acontecimentos naturais (ou provocados pela ação humana) e a regularidade fenomênica criam expectativas de que, nas mesmas condições, situações semelhantes ou idênticas haverão de repetir-se. Essa expectativa produz novos juízos que não são mais resultado de impressão fenomênica, mas apenas do concurso dos juízos da

---

<sup>29</sup> Essa é a razão do êxito de todas as objeções dos céticos que, no entanto, jamais conseguiram negar validade aos juízos de certeza.

experiência. Um juízo de segundo nível, não mais decorrente de fenômeno, mas do juízo do fenômeno<sup>30</sup>.

É a partir dessa competência que o homem consegue antecipar-se aos acontecimentos naturais, pois aprende que, em certas situações, nas mesmas condições, eles tendem a repetir-se.

Tomando os enfoques organizativos desses temas, é possível afirmar que os juízos de verdade são sempre os que resultam de construções por correspondência com dados analíticos; os juízos de certeza, por identidade com outros juízos, e os de crenças, das expectativas do homem em relação a acontecimento futuro.

A certeza somente é encontrada no ambiente dos juízos puros e todas as relações que se estabelecem nesse ambiente são por identidade. Já o ambiente da verdade é resultado dos fenômenos da natureza e no plano das experiências. No ambiente da crença, não há certeza e tampouco verdade, mas expectativa de repetição de um juízo de verdade.

Na crença, a correspondência é apenas entre juízos e, embora desprezados por todos os que se dedicam ao estudo da razão humana, são os que largamente gozam de maior prestígio entre os homens e é sobre eles que é preciso dedicar atenção, não apenas para dominá-los, mas para entender os motivos dessa importância, pois a capacidade de produzir juízos não mais por correspondência com fenômenos, mas unicamente a partir da memória faz do homem uma espécie rara e separada do restante da natureza por ser, entre todas as criaturas, o único animal que crê.

### **A fala como instrumento dos juízos**

---

<sup>30</sup> É importante ressaltar que o juízo é também um fenômeno, só que um fenômeno humano, metafísico.

Se os juízos são os meios que servem de intermediários entre o homem e a natureza, a fala é o meio pelo qual o homem age comunicativamente em face dos outros homens.

A fala, enquanto processo comunicativo, pode dar-se de diferentes modos, indo desde os meios mais primitivos, como os que ocorrem por representações gestuais, até os mais refinados sistemas de signos linguísticos. O certo é que, ao contrário do que comumente se imagina, quando esse assunto é tratado, a palavra não é o único recurso, senão apenas um dos instrumentos utilizados pela fala.

Também deve ser tomado em consideração a existência de diferentes níveis de desenvolvimento dessa competência entre os homens, na mesma proporção do refinamento no uso das habilidades utilizadas para esse fim.

A comunicação pode dar-se por falas primitivas, como ocorre entre os que fazem uso da força bruta, por meio de manifestações corporais, escritas ou a mais popular de todas: a que ocorre com o auxílio de representações fonéticas ou sígnicas e se apresenta com variações quase infinitas se tomada em consideração a natureza histórica e geográfica da humanidade.

Embora o tema da fala seja por si complexo e, a depender do estudo a ser feito, venha a merecer exames por diferentes ângulos<sup>31</sup>, cuida-se aqui de analisar a fala que goza do maior prestígio entre os homens e que tem a palavra<sup>32</sup> como instrumento.

Esse exame ganha especial relevância na medida em que se analisa o direito no qual a fala não é mais a do homem singular, mas da sociedade, organizada enquanto

---

<sup>31</sup> Especialmente sobre o que leva o homem a aceitar certas falas.

<sup>32</sup> Nenhuma criação da inteligência humana supera a invenção da palavra.

ente dotado de instituições que comunicam por meio de órgãos, entre os quais um deles, investido por um sujeito que exerce uma missão quase divina: o juiz que é encarregado, entre outras atribuições, de revelar os sentidos da fala do Estado e, também, em meio a um emaranhado de crenças, as “verdades” decorrentes das relações entre os homens.

Mas como os exames feitos até aqui demonstram ser possível afirmar que, ao contrário do que se pode imaginar, a palavra não representa objetos, coisas ou fenômenos: a palavra sempre se refere a ideias ou juízos de coisas ou fenômenos<sup>33</sup>.

Como os juízos de verdade ou de expectativas sempre resultam de fenômenos, somente depois de obtido o sentido dos objetos é que os juízos poderão ser representados pela palavra (que, em última análise, é também fenômeno).

Por isso, é preciso reconhecer que, quando o homem fala, ele fala da fala e não de coisas<sup>34</sup> e a fala, nesse contexto, sempre buscará sentido nos juízos e não em objetos, sendo mais uma ilusão do homem imaginar que a palavra possa representar a essência de fenômenos e de seres antes mesmo de qualquer experiência.

A palavra só consegue representar a si mesma e só comunica quando estiver ligada a um sistema de ideias<sup>35</sup>. As coisas dão sentido às ideias e estas dão conteúdo e

---

<sup>33</sup> Registra-se mais uma vez a exceção dos juízos de certeza que, por estarem relacionados entre si, são construídos por identidade e, por isso, não representam objetos.

<sup>34</sup> Um brasileiro, nos Estados Unidos, que dissesse a um americano “vassoura” elealaria apenas da fala. A palavra seria recebida pelo ouvinte, mas ela, em si, não teria sentido pela falta de um objeto com o qual tivesse correspondência.

<sup>35</sup> As coisas é que produzem ideias. A palavra apenas relaciona ideias ou ações.

sentido à palavra. Palavra sem sentido é palavra sem juízo.

Embora a palavra seja uma manifestação sonora de sentido que compõe, em um primeiro momento, ideia de si mesma, ela não se relaciona com o mundo fenomênico, ou seja, não representa objetos, mas ideias de objetos que deram sentido à ideia da fala, integrando um sistema de segundo nível na inteligência do homem e sempre resultante da experiência. Mas é fundamental entender que as experiências não dizem respeito a fatos, mas às ideias de fatos<sup>36</sup>.

O fato, portanto, não dá sentido à palavra, mas ao juízo e será sempre verdade em relação ao sujeito ao fato e não ao sujeito à fala, sendo essa a razão pela qual os fatos da história são sempre construções e não revelação<sup>37</sup>, pois os fatos que dão conteúdo às ideias estarão sempre distantes dos sentidos que dão sentido ao mundo do homem.

### **O homem e suas instituições**

Desvendar os processos físicos e químicos que resultam no sistema que permite a existência da vida não é tarefa a ser cumprida em um estudo filosófico e, ao que tudo indica, é bem provável que seja a eterna tarefa da ciência. Mas, se por um lado tem-se por impossível desvendar os processos fenomênicos no âmbito de reflexões dessa natureza, entender a forma ou como ocorrem os relacionamentos entre o sistema de inteligência humana e a objetividade é dever de qualquer

---

<sup>36</sup> Quando se fala da história, não se fala de fatos. Fala-se da fala que está ligada a ideias de fatos. Fala de fato que não tem sentido, ainda assim tem fala.

<sup>37</sup> A fala é sempre criadora e não reveladora do mundo como pensam os filósofos da atualidade.

estudo que se proponha a avançar no terreno das competências que permitem ao homem pensar, instrumento que serve de guia para o seu agir no mundo.

As instituições humanas são diversas e variam de acordo com o estágio de desenvolvimento das sociedades e, embora não seja objetivo delimitar a todas elas, é necessário registrar, mesmo que sumariamente, as ideias sobre o que se deve ter a respeito das principais criações humanas, para poder compreender e levar adiante os propósitos do presente ensaio.

O homem se serve de quatro grandes instituições para organizar os diferentes contextos de seu mundo: a moral (ambiente dos juízos de certezas e de crenças); a ética (ambiente dos juízos de verdades); o direito (no qual domina o outro) e a política, (na qual o homem, fazendo uso de todos os meios à sua disposição, busca atender aos seus interesses).

A constituição do ambiente moral é sempre individual, subjetivo e embora se possa falar em uma moral coletiva, que decorre do convívio do homem em sociedade, isso não retira a principal característica de ela ser o resultado das ideias que o homem constrói sobre o mundo (sobre as coisas, sobre si e sobre os outros).

Na ética, já não há apenas o homem pensando, mas o homem agindo em relação ao outro e à natureza a partir do sistema construído por meio dos sentidos e, diferentemente da moral na qual o homem consegue construir sistemas baseados unicamente em certezas e crenças, na ética, a construção se dá a partir dos sentidos causados pelos fenômenos (os animais, o outro...), o que condiciona o seu agir de determinada forma.

Por fim, é importante deixar claro que enquanto os juízos da ética concordam com os sentidos, os juízos da moral concordam apenas com as crenças e embora influenciem-se mutuamente na construção da inteligência do homem, a fim de levar adiante o presente estudo é

possível separá-las nestes dois ambientes: das ideias e da ação.

### **O direito como instituição humana**

O direito é o meio que substitui o uso da força bruta na regulação das relações de poder em sociedade e representa, enquanto instituição, um estágio avançado no desenvolvimento da cultura humana.

O direito é a expressão de maior relevância nas sociedades e, para que possa ser estudado enquanto fenômeno cultural, ele precisa ser tomado enquanto instrumento, cuja finalidade é disciplinar relações de poder.

O direito inicia sempre por meio da força<sup>38</sup>, mas evolui rapidamente para um sistema organizado pela palavra, que qualifica acontecimentos do mundo natural estabelecendo relações entre pessoas e entre pessoas e fatos.

Em se tratando de uma instituição com a finalidade de regular relações, nada é mais relevante para estudos que objetivem ordenar esse ambiente do que a clara e precisa delimitação das referências utilizadas para organizar o discurso do jurista.

Muitos são os obstáculos a superar até que seja possível o cumprimento dessa tarefa. A primeira dificuldade a ser vencida será a de encontrar critérios seguros que permitam separar as noções fundamentais que orientam a inteligência humana a refletir, com um mínimo de ordem, sobre o direito.

Além da afetação natural do debate pela ingerência dos interesses do homem, quase sempre dissimulados

---

<sup>38</sup> Se Kelsen tivesse percebido isso, ele não precisaria da sua suposta norma fundamental.

em alegações sobre verdade e justiça, o jurista encontrará uma dificuldade adicional para a resolução dessa questão.

O homem ainda não conseguiu, por conta da filosofia que se perdeu ao não explicitar o que se deve ter por certezas, verdades e crenças, ordenar aptidões que lhe permitiriam compreender o “mundo” no qual se encontra presente, com a finalidade de separar o que é produto da realidade objetiva do que é resultante de sua capacidade de imaginação.

Faltando o domínio das relações utilizadas para “pensar” o que se deve ter por direito, não é possível construir as referências que possibilitam dar um passo adiante na tarefa de representar, por meio de palavras, as correspondências existentes entre os acontecimentos da realidade natural e o “mundo” jurídico.

O direito se expressa por meio de um sistema de normas, mas normas e direito não se confundem, pois este é meio que substitui o poder e, aquelas, expressão do poder na forma de discurso.

Debater e investigar as origens do poder que dão validade e eficácia ao direito é tarefa da sociologia e da política. Organizar o discurso do direito é missão do jurista. Embora pareça uma tarefa simples, assim como ocorre com objetos na matemática, a tradição acadêmica tem induzido o estudante a imaginar que o direito é apenas derivado de relacionamentos entre normas<sup>39</sup> e isso corrompe de tal maneira a sua inteligência que muitos alunos jamais conseguem recuperar a capacidade de entender os sistemas jurídicos e, a depender do acúmulo de informações como essas, algumas

---

<sup>39</sup> O sistema normativo estabelece as relações entre pessoas e fatos, as quais podem ser extraídas de textos de hierarquias diversas, mas, para entender o direito, é preciso antes compreender as relações entre pessoas e fatos e não entre textos.

inteligências tornam-se totalmente incapazes de compreender corretamente a mais elementar das instituições jurídicas.

Não obstante a importância da explicitação das relações entre normas para a distribuição hierárquica do poder entre instituições e homens, fracassaram por completo aqueles que imaginaram ser possível construir sistemas orientados unicamente a partir de relações entre normas<sup>40</sup>.

O mundo do direito é o mundo dos sujeitos e dos fatos e só é possível compreendê-los quando se adquirem aptidões que tornam possível entender as relações que o sistema normativo, por sua linguagem, estabelece entre eles.

### **A interpretação no direito**

Se é correto afirmar que o direito, enquanto fala do Estado, se manifesta pela palavra, e que a palavra só tem sentido quando expressa ideias de fenômenos<sup>41</sup>, a primeira questão que precisa ser posta em ordem para que seja possível tratar do tema interpretação diz respeito ao processo utilizado para esse fim.

Não resta dúvida alguma de que o direito tem por finalidade disciplinar relações entre pessoas e entre pessoas e fatos. Em razão disso, a primeira questão a ser resolvida para dar um passo adiante, é pôr em ordem os fatos naturais ou decorrentes da ação humana que constituem as ideias utilizadas pelo jurista, no processo de interpretação.

---

<sup>40</sup> Hans Kelsen imaginou ser possível a construção de um sistema de “conteúdo espiritual objetivo” e com isso aprisionar o mundo. Iludiu-se crer na possibilidade da construção de um sistema em que não é a realidade que transita para o ambiente das ideias, mas de ideias que supõem dominar a realidade.

<sup>41</sup> Nunca é demais registrar a ressalva já feita sobre os juízos de certeza.

Essa identificação é necessária para demonstrar que o direito relaciona pessoas e fatos e, como instrumento do Estado, comunica “sentidos” e ordena ações.

A principal tarefa a ser cumprida é, então, a de pôr em ordem o ambiente no qual são construídas as relações entre impressões e juízos para ordenar as ações humanas, pois só assim será possível colocar sob controle da razão a interpretação no direito, delimitando, de forma clara, os espaços reservados ao exercício da discricionariedade no processo de conhecimento e decisão.

Somente após isso, é que será possível separar o que se refere a acontecimentos naturais, tidos como verdades, buscados no ambiente da inteligência<sup>42</sup>, daquilo que deva ser tomado enquanto entendimento sobre esses mesmos fatos.

Sem essa separação, não é possível identificar o que é resultante de dados analíticos, históricos, subjetivamente situados e tidos como verdades em relação a um determinado sujeito, do que o sistema busca comunicar enquanto “sentido” a respeito disso.

Em relação aos acontecimentos naturais e fenomênicos, conforme já registrado no início deste estudo, os dados analíticos, produtores do sistema de juízos, são sempre parciais, temporalmente atrasados e sujeitos a permanente retificação. Em relação a eles jamais será possível tê-los na conta das certezas ou tomá-los por verdades para todos os homens, razão pela qual a interpretação estará sempre sujeita ao grau de desenvolvimento das aptidões racionais do jurista<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> No processo, o juiz sempre busca os fatos (produtores de verdades) na inteligência do outro. A maioria dos sistemas proíbe o juiz de fazer uso de conhecimentos próprios sobre fatos em decisões judiciais.

<sup>43</sup> O que muda entre um físico nuclear e um leigo em conhecimentos sobre a estrutura atômica da matéria é o nível de desenvolvimento das estruturas racionais utilizadas para examinar o átomo. O homem é

Esse é um dos principais motivos pelo qual a hermenêutica contemporânea perdeu-se completamente, pois, ao abandonar o debate sobre o aprimoramento do ambiente natural utilizado para construção da inteligência do jurista, abriu mão da única referência segura que possuía para organizar a objetividade que institui o mundo do direito.

E, além disso, ao imaginar ser possível construir um ambiente no qual o homem conseguiria dominar e entender o mundo unicamente a partir de um sistema construído pela linguagem<sup>44</sup>, produziu-se um modelo de inteligência que deixa de ser resultado da objetividade para ser construída unicamente pela palavra<sup>45</sup>.

Com isso, o homem perde o único instrumento que o liga à natureza e organiza sua inteligência e, o que é pior, sacrifica os principais instrumentos que lhe permitem distinguir verdades e crenças, só conseguindo dar sentido ao mundo quando encontra, no acervo de conhecimentos históricos, modelos para orientar sua inteligência<sup>46</sup>.

O ser humano não tem como construir sentidos ou ser educado apenas pela linguagem (que serve como fundamento dos conhecimentos históricos), mas pelo

---

sempre o mesmo, mas as ideias do homem sobre a natureza e o grau de aprimoramento sobre a natureza ou sobre as próprias ideias é que fazem os homens diferentes entre si.

<sup>44</sup> Que se comunicaria diretamente com um mundo de juízos, construído pela própria linguagem.

<sup>45</sup> Não é por outro motivo que o homem “aí”, “no mundo”, de Heidegger, é um ser que, ao perceber a falta de identidade entre suas ideias e o mundo natural ao invés de dominar sua inteligência para entender as razões pelas quais isso ocorre, desvanece e passa a viver apenas das ideias que constrói sobre o mundo (a linguagem é, nesse contexto, instrumento de alienação).

<sup>46</sup> Eis aí as razões do sucesso da jurisprudência como método interpretativo. E não poderia ser diferente, pois esse sistema constrói o saber a partir de recortes de partes de “saberes” de diversas pessoas.

ordenamento dos juízos e só quando consegue estabelecer relações (que se fazem por meio do “mundo” das ideias) entre linguagem e sentidos é que os conhecimentos históricos ganham relevância.

### **Considerações finais**

O estabelecimento de um critério seguro para pôr às claras ideias de verdade e de crença constitui-se na principal contribuição do estudo. Mas é preciso ainda desenvolver melhor esses dois assuntos para demonstrar que, enquanto os juízos de verdade estão sempre voltados para o passado e para as experiências do homem, os juízos de crenças apontam para frente, servindo de farol a iluminar o futuro.

Contudo, sabendo-se que a inteligência do homem não é resultante somente de suas verdades, mas também das expectativas que tem sobre si, não há dúvida alguma que o futuro da civilização resultará da escolha que o homem fizer ao construir instituições éticas e morais assentadas sobre crenças ou sobre verdades.